

Classificados

As melhores ofertas e os melhores imóveis da Costa Leste você encontra aqui

Anuncie: 67 3524 4669 | classificados@hojems.com.br



SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em reais)

NOTA EXPLICATIVA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, é uma entidade civil e religiosa, de direito privado, assistencial, e filantrópica, fundada em 05 de julho de 1927 pelas filhas de Maria Auxiliadora. Seu objetivo social é prestar assistência à saúde a tantos e quantos demandarem os seus serviços, sem distinção de qualquer natureza no que se refere à modalidade, raça, credo político e religioso. Realiza também prestação de serviços de saúde à comunidade em geral, promovendo medidas que auxiliem na erradicação de doenças e enfermidades que afetam a população em geral, assim como desenvolver atividades que propiciem melhoria da saúde comunitária, sempre em colaboração com órgãos públicos. Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 342, de 04/Dez/1970, de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 109 de 08/Jul/1980 e de Utilidade Pública Federal pelo Processo MJ 16.635/1970, e reconhecida como Entidade beneficente de assistência social da área de saúde pelo Ministério da Saúde.

NOTA EXPLICATIVA 02 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com o Decreto nº 7300 e da Lei nº 9.656 de 1998 e suas posteriores alterações, estando apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, na Resolução CFC 1.409/12 - ITG - 2002, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo atendidas inclusive as orientações técnicas expedidas pelo Ministério da Saúde no âmbito da Lei 12.101/2009, e pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social e demais disposições complementares aplicáveis às entidades sem fins de lucros, estando apresentadas de forma comparativa em relação às demonstrações contábeis do exercício anterior, em moeda corrente nacional.

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2018, de forma a permitir a comparabilidade, conforme determina as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela diretoria em 23 de abril de 2020.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos afetados.

As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado e as contingências apontadas pelos assessores jurídicos.

NOTA EXPLICATIVA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Entidade no gestão de obrigações de curto prazo.

3.2 Aplicações financeiras

São registradas nesta rubrica os valores de aplicação cujo resgate supra o prazo de 03 (três) meses da data da contratação, as aplicações da entidade são compostas de recursos oriundos de subvenções governamentais recebidas no ano.

3.3 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

3.4 Receitas

3.4.1 - Receitas pacientes convênios

Os convênios médicos são registrados pelo valor presente da operação de acordo com as faturas mensais apuradas pela Entidade, pelo regime de competência, o prazo de emissão de nota e liberação para faturamento gira em torno de 60 (sessenta) dias, porém a Entidade utiliza os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Entidade no gestão de obrigações de curto prazo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos afetados.

As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado e as contingências apontadas pelos assessores jurídicos.

NOTA EXPLICATIVA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Entidade no gestão de obrigações de curto prazo.

3.2 Aplicações financeiras

São registradas nesta rubrica os valores de aplicação cujo resgate supra o prazo de 03 (três) meses da data da contratação, as aplicações da entidade são compostas de recursos oriundos de subvenções governamentais recebidas no ano.

3.3 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

3.4 Receitas

3.4.1 - Receitas pacientes convênios

Os convênios médicos são registrados pelo valor presente da operação de acordo com as faturas mensais apuradas pela Entidade, pelo regime de competência, o prazo de emissão de nota e liberação para faturamento gira em torno de 60 (sessenta) dias, porém a Entidade entende que no final de cada período de competência já existe o direito de receber o valor, portanto, realiza o provisão de contas a receber.

3.4.1.1 - Glosas de convênios

O Faturamento é realizado de acordo com as tabelas negociadas junto as operadoras de saúde, no momento do recebimento, se houver glosas, o registro é realizado de acordo com o cruzamento entre o faturado e o recebido, o departamento de recurso de glosa entra com recurso junto as operadoras recusando os valores glosados. Glosas aceitas, são registradas no momento do recebimento, ficando em aberto as glosas que serão recusadas.

3.4.2 - Receitas pacientes particulares

A Entidade registra pelo valor presente da operação de acordo com os serviços realizados referentes a pacotes e particulares, pelo regime de competência, o prazo de recebimento no caso de pacotes é antecipado pois a Entidade disponibiliza um desconto nos serviços, com relação aos particulares, recebemos à vista ou parcelado.

3.4.3 - Receitas pacientes SUS

O convênio para atendimento do Sistema Único de Saúde - SUS é gerido pelo Município de Três Lagoas atualmente através do termo de contratação 001/2018 e seus aditivos. No ano de 2018 foi assinado o contrato de prestação de serviços no prazo de 12 meses, com vencimento em 05 de novembro de 2019, um novo termo de contratação foi assinado em 06 de novembro de 2019, com vigência para 12 meses.

O registro contábil dos faturamentos para o SUS é feito de acordo com os valores pactuados na contratação junto com gestor Municipal, a Entidade ainda recebe as metas qualitativas e

quantitativas que são apuradas em decorrência do cumprimento dos atendimentos pré-estabelecidos. As estimativas de cumprimento das metas são de 100% do pactuado, e atualmente são registradas na contabilidade após a análise da auditoria do Gestor do convênio.

No decorrer do exercício de 2019 a entidade celebrou vários termos aditivos que tratavam de recebimentos extra teto da contratação que referem-se à realização de cirurgias eletivas, cirurgias de catarata e exames laboratoriais e imagens.

3.5 Estoques

Os estoques são mensurados pelo valor de custo. Os itens são identificados separadamente analisando todos os gastos de aquisição, transformação e outros incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atual.

O custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo no começo de um período e do custo dos mesmos itens comparados ou produzidos durante o período.

Nos custos de aquisição, compreende-se o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos, exceto os recuperáveis, bem como os custos de transporte, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição do produto, abatimentos e outros descontos comerciais são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

O reconhecimento como custo no resultado é feito mediante a comprovação da dispensação do material e medicamento no paciente, o custo é registrado no respectivo período em que a receita é reconhecida.

3.6 Investimentos

São representados por participação em cotas patrimoniais avaliadas pelo método de custo.

3.7 Imobilizados

(a) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzida da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na conta "outras (despesas) receitas" na demonstração do resultado de cada exercício.

(b) Depreciação

Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, as taxas de depreciação são as constantes na IN RFB 1700/2017. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

(c) Beneficiárias e Construções realizadas em imóvel de terceiros

As beneficiárias realizadas no imóvel onde se localiza o Hospital são registradas em conta de ativo imobilizado na rubrica "Custo de Aquisição de Instalações", ao custo histórico de realização, não são realizadas reavaliação em virtude da não permissão das normas Brasileiras de contabilidade. A reserva de reavaliação hora existente será baixada no decorrer do reconhecimento da depreciação.

(d) Construções em andamento

As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, aquisição de materiais, mão de obra de terceiros, mão de obra própria e encargos.

3.8 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

3.9 Ativo circulante e não circulante

São apresentados ao valor de custo, observadas as variações monetárias incorridas, quando aplicáveis, e deduzidos de provisão para refletir o valor de realização, quando necessário.

3.10 Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.11 Reconhecimento de receita, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.12 Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, a construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre atraso de clientes, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações monetárias e cambiais líquidas.

3.13 Doações e subvenções específicas

As doações para projetos específicos são registradas no passivo circulante e revertidas integralmente em projetos de pesquisas e ações sociais da Entidade, quando então são registradas ao resultado para custeio das despesas ou para aquisições de ativos imobilizados. As doações não específicas, destinadas ao custeio normal das operações, são registradas diretamente no resultado como receita de doações.

3.14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

(a) **Ativos contingentes:** São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

(b) **Passivos contingentes:** Com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as demais (cíveis e trabalhistas) são provisionados quando as perdas foram avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e

(c) **Contingências tributárias e obrigações legais:** São registradas quando exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

NOTA EXPLICATIVA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa	Exercícios	
	2019	2018
Caixa	40.898	35.117
Contas Correntes - Sem Restrição	13.370	12.200
Contas Correntes - Com Restrição	4.024	29.231
Aplicações - Sem Restrição	697.138	783.176
Aplicações - Com Restrição	208.812	801.633
Total	964.243	1.660.357

NOTA EXPLICATIVA 05 - CRÉDITOS A RECEBER E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDACÃO DUVIDOSA

O saldo deste grupo refere-se a valores a receber de clientes por serviços não relacionados aos planos de saúde, basicamente atendimento hospitalar a não conveniados dos planos de saúde comercializados pela entidade:

Títulos a Receber	Exercícios	
	2019	2018
Contas a receber - Convênio Sus e (-) Provisão para perdas sobre Crédito	6.373.860	8.206.262
	(960.094)	(849.695)
Total	5.413.766	7.356.566

(i) Valores referentes as glosas iniciais dos convênios, as glosas iniciais são recusadas.

NOTA EXPLICATIVA 06 - SUBVENÇÕES A RECEBER

Subvenções a Receber	Exercícios	
	2019	2018
	2.292.000	1.557.440

(i) Valores referente a emendas parlamentar com obras em execução.

NOTA EXPLICATIVA 07 - ESTOQUES

Os estoques são mensurados pelo valor de custo. Os itens são identificados separadamente analisando todos os gastos de aquisição, transformação e outros incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

NOTA EXPLICATIVA 08 - INVESTIMENTOS

Valor referente a cotas de participação no banco Sicredi, pois toda o corenista possui cotas do patrimônio do banco, e títulos de capitalização junto ao banco Bradesco.

NOTA EXPLICATIVA 09 - IMOBILIZADO

Valor de Custo	Taxa Anual de Depreciação (%)	2019				
		2018	Adições	Baixas	Transferências	2019
Instalações	4	10.488.477	-	-	-	10.488.477
Móveis e Equipamentos Hospitalares	20	152.286.469	3.444.363	69.349	-	155.661.492
Equipamentos Eletrônicos	20	239.866	56.914	3.761	-	296.541
Equipamentos de Processamento Eletrônico de Dados	20	1.277.275	238.980	14.771	-	1.521.026
Móveis e Utensílios Hospitalares	20	3.461.038	698.791	10.967	-	4.170.826
Veículos não Hospitalares	20	395.713	-	59.393	-	336.320
Construções em andamento	0	2.171.864	2.826.560	59.393	-	5.057.817
Provisão para perdas	4	3.435.772	399.335	-	2.174.810	5.809.917

Total Geral	2019	2018
	37.396.387	52.944.423
Valor da Depreciação	-	-
Instalações	4	10.488.477
Móveis e Equipamentos Hospitalares	20	152.286.469
Equipamentos Eletrônicos	20	239.866
Equipamentos de Processamento Eletrônico de Dados	20	1.277.275
Móveis e Utensílios Hospitalares	20	3.461.038
Veículos não Hospitalares	20	395.713
Provisão	4	3.435.772
Total Geral	37.396.387	52.944.423

NOTA EXPLICATIVA 10 - INTANGÍVEL

Valor de Custo	Taxa Anual de Amortização (%)	2019			
		2018	Adições	Baixas	Transferências
Sistema de Computação	20	1.265.510	10.000	-	-
Total Custo		1.265.510	10.000	-	1.275.510
Sistema de Computação	20	854.810	129.919	-	-
Total de Amortização		854.810	129.919	-	984.729
Total Geral		410.700	170.081	-	290.781

NOTA EXPLICATIVA 11 - FORNECEDORES

Refere-se aos fornecedores de materiais, medicamentos e demais itens/bens e/ou serviços utilizados no atendimento hospitalar.

NOTA EXPLICATIVA 12 - SERVIÇOS MÉDICOS A PAGAR

Os principais valores a serem pagos referente a honorários dos serviços médicos realizados nos atendimentos hospitalares são:

Honorários Médicos Pessoa Jurídica	Exercícios	
	2019	2018
	1.863.484	2.230.305

NOTA EXPLICATIVA 13 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTA

	2019	2018
Salários a pagar	1.248.418	1.284.976
Férias a pagar	-	140.278
Provisão para férias	2.649.666	2.234.753
Provisão para FGTS Férias	268.888	207.865
Rescisões a pagar	10.808	8.919
Pensão alimentícia a depositar	3.479	1.937
Empréstimos consignados	167.646	151.126
TOTAL:	4.348.905	4.029.853

NOTA EXPLICATIVA 14 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2019	2018
Contribuições Previdenciárias	152.331	177.040
FGTS a Recolher	223.180	230.305
Contribuição Sindical a Recolher	12.512	5.454
Imposto de Renda Retido na Fonte	123.546	131.046
Imposto Sobre Serviços	70.715	88.526
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	21.229	23.678
COFINS	58.165	71.034
PIS	15.391	15.391
Contribuições Previdenciárias Retidas de Terceiros	106	7.797
TOTAL:	667.624	750.471

NOTA EXPLICATIVA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Taxa	Venciment o
-------------	------	-------------

Receita com Taxa de Adesão	1.200	1.200
Receita com Esterilização de Materiais	-	-
Receita com Reciclagem	10.102	13.266
Receita com Eventos e Promoções	76.075	110.338
Receita com Frigorbar	-	6.445
Receita com Foto Filmagem	-	-
Receita com Bonificação	79.379	52.348
Receita com Produtos Desc. Folha	7.842	-
Receita com Vendas de Refeições	42.842	48.300
Receita com Emenda Parlamentar	173.879	395.414
Receita com Estagiários	14.058	9.162
Receita com Emenda Custeio	1.430.000	-
Receita com Aluguel	36.191	37.113
Venda de Imobilizado	22.300	20.610
INSS a Terceiros	-	-
TOTAL:	1.964.115	727.033

NOTA EXPLICATIVA 30 - SEGUROS

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros que são contabilizados em seguros a aprioriar e mensalmente lançadas na despesa para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Em 31 de dezembro de 2019, a entidade possuía as seguintes principais apólices contratadas com terceiros:

Item	Tipo de cobertura	Seguradora
Prédios	Roubo, incêndio e outros	RS 9.000.000
Frota de veículos	Roubo, acidentes e outros	Valor de mercado

NOTA EXPLICATIVA 31 - ISENÇÕES USUFRUÍDAS

As imunidades e isenções governamentais concedidas à entidade no ano de 2019 estão em conformidade com o artigo 150 da Constituição Federal, inciso VI, letra C, e com base no Artigo 9º do Código Tributário Nacional, inciso IV, letra C, e o Parágrafo único, artigo 4º de Decreto nº 2.536 de 07 de abril de 1998.

DEMONSTRATIVO DOS VALORES DAS ISENÇÕES USUFRUÍDAS	
INSS sobre a Folha de Pagamento	7.813.136,48
PIS/ Pasep	271.289,46
PIS sobre o faturamento	560.065
COFINS sobre o faturamento	2.584.919
TOTAL DAS ISENÇÕES	11.229.410

NOTA EXPLICATIVA 32 - RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITC 2002 (R1) a entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS quota patronal, PIS e COFINS s/ receitas, ISSQn, IPTU, IPVA, IRPJ, CSLL, IRRF s/ rendimentos de aplicação financeira.

NOTA EXPLICATIVA 33 - ATENDIMENTO AO SUS – PORTARIA Nº 834/2016

Em atendimento a legislação vigente Lei 12.101/2009 e Decreto 8.242/2014 e Portaria 834/2016 retro mencionada a Entidade apuro percentual de atendimento SUS de 60% de Internações Hospitalares, medidas por paciente dia, e 60% de pacientes SUS no total de atendimentos Ambulatoriais realizados pelo Hospital

* * *

Diretoria

Ir. Aurelia Brioschi
Diretora GeralMarco Antônio de Moura Calderon
Diretor ExecutivoThiago de Oliveira Carvalho
Contador
CRC SP 259898/O-8**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

À Administração da

SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA

Três Lagoas - MS

[Opinião com ressalva](#)

Examinamos as demonstrações contábeis da SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, excetuando os efeitos dos assuntos comentados no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

[Base para opinião com ressalva](#)

A entidade não avaliou a vida útil econômica estimada de cada item do ativo imobilizado, conforme requerido pela NBC TG 27 – Ativo Imobilizado. Os bens são depreciados pelas taxas sugeridas pela legislação fiscal. Dessa forma, não foi possível mensurar a existência de eventuais ajustes e seus correspondentes reflexos nas demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

[Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor](#)

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

[Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis](#)

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

[Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis](#)

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avallamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avallamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Araçatuba, 23 de abril de 2020.

Elizeu de Azevedo – Sócio Diretor

Contador CRC 15P076962/D-9-MS

Sociedade Beneficente do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora							
03.873.593/0001-99							
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018							
(valores expressos em reais)							
ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	964.243	1.660.357	Fornecedores	11	4.834.337	2.454.558
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Restrição		751.407	830.492	Serviços Médicos a Pagar	12	1.863.484	2.230.305
Caixa e Equivalentes de Caixa - Com Restrição		212.836	829.865	Obrigações Trabalhistas	13	4.348.905	4.029.853
				Obrigações Sociais e Fiscais	14	667.624	750.471
Realizável	5	9.300.049	10.586.329	Empréstimos e Financiamentos a Pagar (CP)	15	5.457.690	2.108.167
Créditos a Receber		6.373.860	8.206.262	Acordos Judiciais		153.240	51.221
(-) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	5	-960.094	-849.695	Adiantamentos de Clientes		301.780	212.834
Subvenções a Receber	6	2.292.000	1.557.440	Outras Obrigações		15.621	200.000
Adiantamentos		402.581	358.023	Subvenções e Assistências Governamentais a Realizar (CP)	16	2.504.840	2.387.075
Cheques e Cartões		152.426	334.839	Parcelamentos - CP	17	302.470	363.002
Despesas Antecipadas		5.884	23.834				
Estoque	7	1.033.392	955.627				
				TOTAL CIRCULANTE		20.449.992	14.787.486
TOTAL CIRCULANTE		10.264.292	12.246.686	NÃO CIRCULANTE			
NÃO CIRCULANTE				Empréstimos e Financiamentos a Pagar (LP)	15	3.435.911	3.577.810
Realizável a Longo Prazo		42.197	3.199	Prov.Ações Cíveis e Trabalhistas	18	4.261.961	1.346.457
Depósitos Judiciais		42.197	3.199	Subvenções de Imobilizado diferidas		4.179.213	2.735.763
				Parcelamentos (LP)	17	1.261.266	1.500.510
				TOTAL NÃO CIRCULANTE		13.138.351	9.160.541
Investimento	8	207.719	207.589	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Investimentos		207.719	207.589	Patrimônio Social		2.597.748	4.097.496
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		7.000.015	7.000.015
Imobilizado	9	24.914.761	22.001.826	Superávit ou Déficit do Exercício		-7.466.390	-175.553
Bens Imobilizado		42.302.451	37.190.387				
(-) Depreciação Acumulada		-17.387.690	-15.188.560				
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	2.131.373	10.921.957
Intangível	10	290.746	410.684				
Softwares		1.275.519	1.265.519				
(-) Amortização Acumulada		-984.773	-854.835				
				TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		35.719.715	34.869.984
TOTAL NÃO CIRCULANTE		25.455.423	22.623.298				
TOTAL DO ATIVO		35.719.715	34.869.984				

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Sociedade Beneficente do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora			
03.873.593/0001-99			
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS			
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018			
(valores expressos em reais)			
	Nota	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS			
Receitas Pacientes SUS		47.582.894	46.273.450
Receitas Pacientes Convênios		29.121.848	29.134.914
Receitas Pacientes Particulares		1.374.800	1.122.306
	20	78.079.542	76.530.670
(-) Deduções da Receita Bruta			
Glosas de Convênios e Particulares		(1.645.252)	(209.281)
	20	(1.645.252)	(209.281)
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo de Pessoal	21	(38.227.017)	(29.196.159)
Custo de Serviços de Terceiros	22	(28.922.694)	(27.416.464)
Custo de Materiais / Medicamentos	23	(14.546.443)	(15.044.403)
Custos Gerais	24	(943.762)	(782.395)
		(82.639.916)	(72.439.421)
Resultado Bruto		(6.205.625)	3.881.969
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS			
Despesas Administrativas e Gerais	25	(5.149.157)	(4.240.538)
Financeiras Líquida	26	(406.148)	(348.357)
Contingências Cíveis e Trabalhista		(4.115.604)	(874.003)
Despesas com Depreciação / Amortização	27	(2.453.206)	(2.355.042)
Demais Despesas	28	(69.280)	(31.105)
Outras Despesas/Receitas Operacionais	29	1.964.116	727.034
		(10.229.280)	(7.122.011)
RECEITAS C/ SUBVENÇÕES, DOAÇÕES E INCENTIVOS			
Receitas com Doações		884.089	3.064.489
Benefício Usufruído de Cota Patronal (+)		8.084.426	-
		8.968.515	3.064.489
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(7.466.390)	(175.553)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**COMUNICADO**

“A Viva Equipamentos, fabricante dos climatizadores evaporativos ECOBRISA, informa que o parceiro comercial Geise Tainara Moreira Silva 05225263143, representado por Robson da Silva Nunes, baseado em Três Lagoas/MS, foi descredenciado, não podendo mais representar nossos produtos ou a marca ECOBRISA. Pedimos aos nossos clientes que entrem em contato pelo número (19) 3303-1400 para que possamos melhor atendê-los. Obrigado.”

Sociedade Beneficente do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora				
03.873.593/0001-99				
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS				
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018				
(Valores em reais)				
	Patrimônio Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit do Período	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.261.015	7.000.015	1.418.732	12.679.761
Transferecia do Resultado do Exercício Anterior	1.418.732	0	-1.418.732	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.582.251	0	0	-1.582.251
Déficit do Período	0	0	-175.553	-175.553
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.097.496	7.000.015	-175.553	10.921.957
Transferecia do Resultado do Exercício Anterior	-175.553	0	175.553	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.324.194	0	0	-1.324.194
Déficit do Período	0	0	-7.466.390	-7.466.390
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.597.748	7.000.015	-7.466.390	2.131.373

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA			
CNPJ - 03.873.593/0001-99			
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA			
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018			
(valores expressos em reais)			
Método Indireto	31/12/2019	31/12/2018	
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
A Resultado Líquido Ajustado			
Déficit do Exercício	(7.466.390)	(175.553)	
Prov.Ações Cíveis e Trabalhistas	2.915.504	219.761	
Subvenções de Imobilizado diferidas	1.443.450	2.350.267	
(-) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	110.398	175.716	
Ajuste de Exercícios Anteriores	(1.324.194)	(1.582.251)	
Amortização	129.938	113.425	
Depreciação	2.323.268	2.242.111	
(=) Resultado Ajustado	(1.868.026)	3.343.476	
B Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante			
Créditos a Receber	1.832.402	(234.940)	
Subvenções a Receber	(734.560)	(1.002.822)	
Adiantamentos	(44.558)	122.181	
Cheques e Cartões	182.413	57.518	
Despesas Antecipadas	17.950	2.975	
Estoque	(77.765)	(336.129)	
(=) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante	1.175.881	(1.391.217)	
C Acréscimo e Decréscimo do Ativo Não Circulante			
Depósitos Judiciais	(38.999)	47.260	
(=) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Não Circulante	(38.999)	47.260	
D Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante			
Fornecedores	2.379.779	271.064	
Serviços Médicos a Pagar	(366.821)	368.779	
Obrigações Trabalhistas	319.053	444.425	
Obrigações Sociais e Fiscais	(82.847)	33.235	
Acordos Judiciais	102.019	34.150	
Adiantamentos de Clientes	88.945	145.584	
Outras Obrigações	(184.379)	(38.728)	
Subvenções e Assistências Governamentais a Realizar (CP)	117.766	(529.163)	
Parcelamentos - CP	(60.532)	107.820	
(=) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante	2.312.983	837.167	
E Acréscimo e Decréscimo do Passivo Não Circulante			
Parcelamentos (LP)	(239.244)	(171.956)	
(=) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Não Circulante			